



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CSP

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Leandro Pinheiro Safatle, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre as decisões de recolhimento e suspensão de fabricação e comercialização de produtos saneantes da marca Ypê (Química Amparo Ltda.), bem como sobre a reiteração dessas medidas ao longo dos últimos anos, os critérios técnicos adotados, a articulação federativa com vigilâncias estaduais e os impactos sociais, econômicos e de direitos humanos decorrentes dessas decisões.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta fundamenta-se no dever constitucional do Senado Federal de exercer o controle e a fiscalização dos atos da administração pública indireta, especialmente quando tais atos se inserem no exercício do poder de polícia do Estado e produzem efeitos diretos sobre a segurança coletiva, a saúde pública e a prevenção de riscos à população.

Conforme amplamente noticiado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA determinou, em maio de 2026, o recolhimento e a suspensão da fabricação e da comercialização de diversos produtos saneantes da marca Ypê, em razão de não conformidades identificadas em inspeções sanitárias, envolvendo questionamentos relativos ao cumprimento de Boas Práticas de Fabricação e a potenciais riscos de contaminação microbiológica. As informações divulgadas



indicam que a medida foi adotada em caráter preventivo, com a possibilidade de reavaliação a partir de novas análises técnicas e de esclarecimentos prestados pela empresa.

Registre-se que esta não teria sido a primeira vez que produtos da mesma marca foram alvo de medidas restritivas por parte da ANVISA, sendo noticiada a ocorrência de suspensões anteriores em intervalo relativamente curto de tempo. Tal recorrência impõe reflexão institucional sobre a efetividade das ações de fiscalização, a consistência dos critérios técnicos adotados e a capacidade do sistema de vigilância sanitária de prevenir riscos de forma tempestiva e estável, aspectos diretamente relacionados à segurança sanitária da população.

Também foi amplamente divulgada a atuação conjunta da ANVISA e da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, com a realização de inspeções presenciais, intercâmbio de informações entre entes federativos e adoção de medidas cautelares antes da conclusão definitiva dos processos administrativos. Esse modelo de atuação articulada, embora essencial para a proteção da saúde pública, demanda transparência quanto aos fluxos decisórios, à delimitação de competências e aos critérios utilizados para a adoção de medidas de grande impacto.

Cumpram-se, ainda, que a própria Resolução-RE nº 1.834, de 2026, evidencia que as medidas de suspensão e recolhimento recaem formalmente sobre produtos e lotes específicos, definidos a partir de critérios técnicos de rastreabilidade, e não sobre a totalidade das atividades da empresa de forma genérica. Essa circunstância reforça a necessidade de esclarecimento acerca das razões técnicas que levaram à adoção de uma medida de amplo alcance comercial e social, em detrimento de alternativas igualmente previstas no ordenamento sanitário, como interdições parciais, ações corretivas graduais ou recolhimentos mais restritos.

Tal debate é especialmente relevante à luz da Resolução da Diretoria Colegiada nº 47, de 2013, que orienta a atuação da vigilância sanitária com base



em princípios como gestão de risco, proporcionalidade e adequação da resposta estatal à gravidade e à extensão das não conformidades identificadas, bem como da Lei nº 6.360, de 1976, que condiciona a adoção de medidas de segurança sanitária à existência de razões tecnicamente fundamentadas e devidamente motivadas.

Do ponto de vista da segurança pública em sentido amplo, a circulação de produtos saneantes potencialmente irregulares ou contaminados representa risco direto à saúde da coletividade, podendo gerar danos em escala difusa, pressionar o sistema de saúde e comprometer a confiança da população nas instituições responsáveis pela regulação e fiscalização sanitária. Ao mesmo tempo, decisões estatais de grande impacto exigem previsibilidade, clareza e comunicação adequada, de modo a evitar insegurança social, desinformação e reações desproporcionais.

Nesse contexto, a presença do Presidente da ANVISA perante esta Comissão de Segurança Pública mostra-se necessária e oportuna para que o Parlamento possa compreender, de forma direta e institucional, os fundamentos técnicos e operacionais das medidas adotadas, os critérios que orientam a escolha entre ações preventivas graduais ou medidas mais amplas de suspensão, a articulação entre os diferentes níveis de vigilância sanitária e os parâmetros utilizados para eventual revisão, flexibilização ou encerramento das decisões em curso.

Ressalte-se que a presente iniciativa não tem por objetivo questionar a competência técnica da ANVISA, mas assegurar o controle democrático e a transparência sobre decisões administrativas que impactam diretamente a segurança sanitária da população, atribuição plenamente compatível com o escopo constitucional desta Comissão de Segurança Pública.

Diante do exposto, entende-se necessária e oportuna a convocação do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para prestar os



esclarecimentos solicitados, razão pela qual se solicita o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 11 de maio de 2026.

Senador Magno Malta
(PL - ES)

